

Trevisa Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Trevisa Investimentos S.A. é uma empresa de capital aberto, com sede em Porto Alegre – RS. A atividade preponderante está voltada à participação no capital das empresas controladas Navegação Aliança Ltda., Trevo Florestal Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda. Atua, também, na locação de conjuntos comerciais.

2 Bases de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), bem como as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis para demonstrações contábeis individuais, em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Em reunião realizada em 19 de março de 2014 a Administração aprovou e autorizou a divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Navegação Aliança Ltda., Trevo Florestal Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com a NBC TG 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 07** - Valor justo sobre o custo de formação dos ativos biológicos
- **Nota Explicativa 16** - Provisão para contingências

c. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação obrigatória da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações contábeis apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações contábeis.

d. Base de consolidação

Controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as demonstrações contábeis de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas apresentam os resultados da Controladora e suas controladas, “Grupo”, como se constituíssem uma única entidade. As transferências entre as partes relacionadas e os saldos entre as empresas do grupo são, portanto, integralmente eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação da legislação societária brasileira, especialmente a NBC TG 36 – Demonstrações Consolidadas, compreendendo demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados todos os saldos das contas patrimoniais, receitas e despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas, bem como dos investimentos da controladora contra o patrimônio líquido das controladas.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações das seguintes controladas a seguir relacionadas:

	Participação	
	31/12/2013	31/12/2012
Navegação Aliança Ltda.	99,99%	99,99%
Trevo Florestal Ltda.	69,51%	69,51%
Trevisa Operadora Portuária Ltda.	50,00%	50,00%

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro, quando os direitos contratuais dos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não participam de operações envolvendo derivativos.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de vendas de serviços, produtos e locações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

O ajuste a valor presente do saldo a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de recebimento. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

d. Estoques

Os estoques são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações, na controlada Navegação Aliança Ltda. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

e. Empresas relacionadas (controladora)

O saldo representa valores a receber das controladas, oriundos de operações envolvendo créditos e pagamentos de lucros distribuídos de controladas.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos, registrados na controlada Trevo Florestal Ltda., são representados por florestas de eucalipto, pinus e rebanho de gado. São mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada “Variação do valor justo dos ativos biológicos”.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

O valor dos novos ajustes, apurados pelas novas avaliações, contabilizado no resultado do exercício, será, por ocasião da distribuição de lucros, alocado na conta de retenção de lucros no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica.

A exaustão é calculada com base no corte das florestas e o custo do gado vendido pelo número de animais vendidos.

g. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, fornecimento de produtos ou serviços e para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

h. Investimentos em controladas

São avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e as práticas contábeis são as mesmas adotadas pela controladora.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa 10. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *Impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

j. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para a verificação de *Impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *Impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

O *Impairment* dos ativos não financeiros é revisado anualmente na data das demonstrações contábeis

k. Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Estas obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, devido ao curto prazo de pagamento são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção de um ativo qualificável, que necessariamente requer um período longo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até sua conclusão. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Dentre as provisões levantadas, se encontram as provisões trabalhistas, cíveis e outras as quais são provisionadas mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração das empresas. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

n. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e são reconhecidas na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária brasileira em vigor, através do regime do lucro real na controladora e na controlada Navegação Aliança Ltda. e pelo regime de lucro presumido na controlada Trevo Florestal Ltda.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo não circulante são representados por:

- Impostos sobre a reserva de reavaliação contabilizados na controlada Navegação Aliança Ltda. O valor do imposto quando realizado é revertido para resultado.
- Impostos sobre valor justo de propriedade para investimentos na controladora e terra nua contabilizado na controlada Trevo Florestal Ltda.

o. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens, serviços e locações no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a

Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda e locação.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros de rendimentos sobre aplicações financeiras, reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras incluem os juros efetivos sobre empréstimos calculados pelo prazo decorrido.

3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas, seguindo as políticas de aplicações de recursos, têm realizado suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e mantidos em instituições financeiras de primeira linha. São considerados como equivalente de caixa devido a sua liquidez imediata junto às instituições financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldos bancários	10	24	437	259
Aplicações Financeiras	18	457	7.223	4.848
	28	481	7.660	5.107

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 Clientes

A composição do saldo de clientes está a seguir demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vencidos		-	336	305
A vencer de partes relacionadas	45	44	-	-
A vencer	294	246	1.868	1.490
	339	290	2.204	1.795
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(166)	-
	339	290	2.038	1.795

Não é feito ajuste a valor presente dos valores a receber de clientes, devido ao curtíssimo prazo no seu recebimento, aproximadamente 5 dias na controladora e de 30 dias nas controladas.

Do valor total vencido nas demonstrações contábeis consolidadas, R\$ 109 está vencido há menos de 16 dias, R\$ 3 vencidos entre 16 e 30 dias e R\$ 225 vencidos a mais de 30 dias.

5 Estoques

Os estoques no consolidado são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

6 Empresas relacionadas

Controladora

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Total 31/12/2013	Total 31/12/2012
<u>Ativo circulante</u>				
Contas a receber	43	2	45	44
<u>Ativo Não Circulante</u>				
Partes relacionadas	7	776	783	2.108
<u>Passivo Circulante</u>				
Partes relacionadas	50	-	50	32
<u>Demonstração do Resultado</u>				
Receita de locações	288	15	303	289
Outras receitas	2	-	2	-
	290	15	305	289

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas, além da destinação de dividendos para acionistas e recebimento de lucros e de alugueis das controladas.

7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos no consolidado em dezembro de 2012 são formados por 184 mil metros cúbicos de florestas de pinus pronto para corte, disponíveis numa área de 500 hectares, 631 mil metros cúbicos de eucalipto prontos para corte numa área de 1.231 hectares, florestas de pinus e eucalipto em formação, distribuídas numa área equivalente a 3.896 hectares e 532 cabeças de gado. O saldo dos ativos biológicos da controlada é composto pelo custo de formação das florestas e rebanho de gado acrescido do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, deduzidos dos custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. Demonstramos no quadro a seguir a movimentação da conta a partir de 31 de dezembro de 2011:

	Ativos biológicos		
	Florestas	Gado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	34.811	423	35.234
Aplicações em florestas em formação	848	-	848
Exaustão de florestas	(3.057)	-	(3.057)
Baixa do custo da venda de animais	-	(44)	(44)
Ajuste a valor justo	3.404	179	3.583
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.006	558	36.564
Aplicações em florestas em formação	1.169	-	1.169
Aquisição de animais	-	3	3
Exaustão de florestas	(3.000)	-	(3.000)
Baixa do custo da venda de animais	-	(143)	(143)
Ajuste a valor justo	676	85	761
Saldos em 31 de dezembro de 2013	34.851	503	35.354

Os ativos biológicos estão apresentados pelo seu valor justo. A avaliação da Floresta foi realizada por empresa de consultoria independente, a qual emitiu laudo técnico de avaliação para a data base de 31 de dezembro de 2013, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O aumento no valor justo dos ativos biológicos refere-se ao crescimento da floresta, estimado com base na projeção do crescimento percebido no último laudo técnico de avaliação emitido por empresa de consultoria independente.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como, o preço de venda, taxas de desconto, plano de corte e considera uma taxa de desconto de 12% a.a. As estimativas estão sujeitas às incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os investimentos em florestas representam os custos na formação e manutenção de novos hortos florestais.

A exaustão e o custo dos animais vendidos são realizados pelo seu valor justo e considera o volume cortado e o número de animais vendidos.

As florestas possuem cobertura de seguro contra fogo na ordem de R\$ 15 milhões, representando aproximadamente 44,73% do valor justo. A Administração da controlada, com base em um trabalho técnico de gerenciamento de risco, aliado a disposição de seus hortos florestais e outras medidas tomadas para reduzir riscos de incêndio, entende que é remota a possibilidade de perda total em caso de sinistro.

Todos os ativos biológicos estão desonerados.

8 Propriedade para investimento

Representa o imóvel de propriedade da controladora localizado em Porto Alegre - RS e utilizado para locação a terceiros.

O imóvel está avaliado pelo seu valor justo. A avaliação foi realizada por empresa de consultoria independente, a qual emitiu laudo técnico de avaliação para a data base de 31 de dezembro de 2013. O laudo emitido está em conformidade com o ICPC 10 e foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Na avaliação da propriedade para investimentos por seu valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado a uma taxa de 7,31% a.a. Para tanto, foram consideradas certas estimativas, tais como, projeção das receitas de aluguéis, das despesas de manutenção e conservação, de pessoal e dos gastos gerais. As estimativas estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

O ajuste inicial foi reconhecido na conta de lucros acumulados e a seguir transferido para a conta de ajuste patrimonial dentro do patrimônio líquido. Sobre o valor do ajuste foi

deduzida a parcela de imposto de renda e contribuição social, transferido para a conta imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.

No corrente exercício foram realizadas aplicações no imóvel de propriedade para investimentos, no montante de R\$ 671, que resultaram em melhorias e aumento da área construída.

Os gastos operacionais diretos com a propriedade para investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 1.336 tendo sido recuperado dos condôminos o total de R\$ 1.367.

9 Investimentos em controladas

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Trevisa Operadora Portuária Ltda.	
Capital social	11.100	6.750	100	
Patrimônio líquido	53.654	46.476	98	
Quotas possuídas (milhares)	11.099	4.692	50	
Percentual de participação direto	99,999%	69,507%	50%	
Resultado líquido do exercício	4.926	(71)	-	
Mutação nas contas				Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	51.783	32.235	50	84.068
Equivalência patrimonial	2.945	2.223	(1)	5.167
Distribuição de lucros	(3.500)	(2.104)	-	(5.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	51.228	32.354	49	83.631
Equivalência patrimonial	4.926	(50)	-	4.876
Distribuição de lucros	(2.500)	-	-	(2.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	53.654	32.304	49	86.007

O controle indireto das controladas Trevo Florestal Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda. é exercido pela controlada Navegação Aliança Ltda. que detêm respectivamente as participações de 30,493% e 50,00% dessas empresas.

10 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Controladora

	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2013			31/12/2012		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	154	(82)	72	153	(69)	84
Equipamentos e instalações	10	1.148	(702)	446	858	(573)	285
Veículos	20	75	(75)	-	75	(75)	-
Ativos em andamento		21	-	21	658	-	658
		1.398	(859)	539	1.744	(717)	1.027

Consolidado

	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2013			31/12/2012		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terras, Terrenos e Prédios		16.796	(423)	16.373	16.796	(396)	16.400
Móveis e utensílios	10 a 20	1.659	(1.229)	430	1.592	(1.082)	510
Equipamentos e Instalações	10	5.573	(3.539)	2.034	5.183	(3.052)	2.131
Veículos	10 a 20	6.151	(4.968)	1.183	6.088	(4.475)	1.613
Embarcações	5 a 10	104.426	(51.611)	52.815	99.060	(43.561)	55.499
Ativos em andamento		7.037	-	7.037	2.467	-	2.467
		141.642	(61.770)	79.872	131.186	(52.566)	78.620

b. Movimentação do imobilizado**Controladora**

	Móveis e utensílios	Equipamentos e instalações	Veículos	Ativos em andamento	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	124	841	75	550	1.590
Adições	29	17	-	108	154
Saldo em 31 de dezembro de 2012	153	858	75	658	1.744
Adições	3	290	-	32	325
Baixas	(2)	-	-	(669)	(671)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	154	1.148	75	21	1.398
Depreciações					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(57)	(497)	(75)	-	(629)
Adições	(12)	(76)	-	-	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(69)	(573)	(75)	-	(717)
Adições	(14)	(129)	-	-	(143)
Baixas	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(82)	(702)	(75)	-	(859)
Valor contábil líquido					
Em 31 de dezembro de 2011	67	344	-	550	961
Em 31 de dezembro de 2012	84	285	-	658	1.027
Em 31 de dezembro de 2013	72	446	-	21	539

Consolidado

	Terras, terrenos e prédios	Móveis e utensílios	Equipamentos e instalações	Veículos	Embarcações	Ativos em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.796	1.539	4.813	6.049	90.911	5.752	125.860
Adições	-	54	120	469	-	5.215	5.858
Baixas	-	(1)	(13)	(430)	(88)	-	(532)
Transferências	-	-	263	-	8.237	(8.500)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.796	1.592	5.183	6.088	99.060	2.467	131.186
Adições	-	85	390	226	-	10.619	11.320
Baixas	-	(18)	-	(163)	(12)	(671)	(864)
Transferências	-	-	-	-	5.378	(5.378)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.796	1.659	5.573	6.151	104.426	7.037	141.642
Depreciações							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(368)	(915)	(2.648)	(4.003)	(37.124)	-	(45.058)
Adições	(28)	(167)	(417)	(769)	(6.501)	-	(7.882)
Baixas	-	-	13	297	64	-	374
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(396)	(1.082)	(3.052)	(4.475)	(43.561)	-	(52.566)
Adições	(27)	(161)	(487)	(610)	(8.057)	-	(9.342)
Baixas	-	14	-	117	7	-	138
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(423)	(1.229)	(3.539)	(4.968)	(51.611)	-	(61.770)
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2011	16.428	624	2.165	2.046	53.787	5.752	80.802
Em 31 de dezembro de 2012	16.400	510	2.131	1.613	55.499	2.467	78.620
Em 31 de dezembro de 2013	16.373	430	2.034	1.183	52.815	7.037	79.872

A Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2013.

Em garantia dos financiamentos bancários das controladas, foram oferecidos, além do aval da Controladora, bens do imobilizado cujo valor contábil residual é de R\$ 31.730 a seguir demonstrado:

	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Residual
Embarcações	35.456	(9.572)	25.884
Veículos transportadores	1.207	(682)	525
Bem imóvel	5.127	-	5.127
Máquinas e equipamentos	323	(129)	194
	42.113	(10.383)	31.730

11 Fornecedores

Os saldos demonstrados em fornecedores no passivo circulante no montante de R\$ 169 (R\$ 155 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$ 1.428 (R\$ 919 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, são provenientes de compras no mercado nacional cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 45 dias.

12 Encargos sociais e tributários a pagar

Representam obrigações correntes representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Previdência social e FGTS	26	25	333	396
Salários a pagar	-	-	1	-
Obrigações processuais	-	-	93	19
Provisão para férias, 13º salário e encargos	105	71	2.192	1.634
Obrigações sociais e trabalhistas	131	96	2.619	2.049
Tributos correntes	263	61	580	257
Tributos correntes	263	61	580	257
	394	157	3.199	2.306

13 Financiamentos bancários

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Navegação Aliança Ltda.				
BNDES - I e II	1.729	10.809	1.728	12.420
Caixa/RS – III	287	2.276	287	2.563
Banco Santander - Finame – IV	81	27	81	108
Banco Votorantim - Finame - V e VI	-	-	36	6
Banco Itaú – VII	-	-	170	-
Banco Votorantim - Progeren – VIII	835	696	501	1.531
Badesul - Progeren – IX	2.703	2.477	226	4.808
Badesul - Finame – X	-	6.827	-	-
Trevo Florestal Ltda.				
Banco Santander - Finame – XI	93	154	93	247
Banco Votorantim - Finame – XII	71	39	96	110
Banco Lage Landen Finame – XIII	74	142	74	216
Caixa Econômica Federal/BNDES – XIV	32	26	26	27
Banco Votorantim/ BNDES – XV	55	114	55	198
	5.960	23.587	3.373	22.234

I - Contrato de financiamento para a construção da embarcação “Germano Becker”, firmado em junho de 2005. Está sendo amortizado mensalmente e seu último vencimento será em setembro de 2018. Sobre 80% do principal do financiamento, incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 3,5% ao ano e, sobre os demais 20% do principal, variação cambial e juros de 3,5% ao ano. O bem financiado foi alienado fiduciariamente.

II - Contrato de financiamento para a construção da embarcação “Frederico Madörin”, firmado em outubro de 2008. O principal, juntamente com os encargos, está sendo amortizado mensalmente e seu último vencimento é novembro de 2022. Os encargos são calculados com base na variação da TJLP acrescida de juros de 3,3% ao ano. O bem financiado foi alienado fiduciariamente.

III - Contrato de financiamento para construção da embarcação “Frederico Madörin”, firmado em outubro de 2008. O principal, juntamente com os encargos, está sendo amortizado em 143 parcelas mensais e seu último vencimento ocorrerá em novembro de 2022. Os encargos são calculados com base na variação da TJLP acrescido de 3,8% ao ano. Em garantia dos financiamentos, a embarcação “Trevo Roxo” foi dada em garantia hipotecária em favor da Caixa/RS, além disso, foi concedido o aval da Controladora. Em 2013 foi substituída a garantia da embarcação “Trevo Roxo”, por uma área de 3.049 hectares de propriedade da controlada Trevo Florestal Ltda, conforme escritura pública.

IV - Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em agosto de 2010. Está sendo amortizado mensalmente e, seu último vencimento ocorrerá em abril de 2015. Incidem juros de 4,5% ao ano. Em garantia do financiamento, os bens financiados foram alienados fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.

V - Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em novembro de 2008, com amortizações mensais e consecutivas. O último vencimento ocorreu em setembro de 2013. Incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 4,4% ao ano. Sendo quitado integralmente em 2013.

VI - Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em março de 2009, com amortizações mensais até março de 2014. Incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 4,4% ao ano. Em garantia do financiamento, o bem financiado foi alienado fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.

VII – Refere-se a um contrato de capital de giro a ser amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo que o último vencimento ocorreu em abril de 2013. Incidem encargos de 0,996% ao mês. Em garantia foi dado aval da Controladora.

VIII – Refere-se a um contrato de capital de giro, modalidade PROGEREN, a ser amortizado em 30 (trinta) parcelas mensais a partir de abril de 2013 e seu último vencimento ocorrerá em outubro de 2015. Incidem encargos de acordo com a TJLP acrescida de 3,5% ao ano. Em garantia foi dado aval da Controladora.

IX - Refere-se a um contrato de capital de giro, modalidade PROGEREN, a ser amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais a partir de dezembro de 2013 e seu último vencimento ocorrerá em novembro de 2015. Incidem encargos de acordo com a TJLP acrescida de 3,5% ao ano. Em garantia hipotecária foi dado imóvel em Rio Grande/RS de propriedade da Controlada Trevo Florestal Ltda e aval da Controladora.

X - Contrato de financiamento para construção da embarcação “João Mallmann”, firmado em abril de 2013. No período da carência, que encerra em 15 de abril de 2015, os encargos decorridos serão amortizados trimestralmente a partir de julho de 2013. Após a carência o principal juntamente com os encargos será amortizado em 96 parcelas mensais e seu último vencimento ocorrerá em abril de 2023. Incidem juros de 3,0% ao ano. Em garantia do financiamento, o bem financiado foi alienado fiduciariamente em favor da Instituição financeira, bem como uma área de 3.049 hectares de propriedade da controlada Trevo Florestal Ltda. e aval da Controladora.

XI - Refere-se a 1 (um) contrato de financiamento de equipamento, com amortizações mensais, sendo que o último vencimento ocorrerá em agosto de 2016. Incidem juros de 6,5% ao ano. Em garantia do financiamento, o bem financiado foi alienado fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.

XII - Referem-se a 04 (quatro) contratos de financiamentos de equipamentos e veículos transportadores, com amortizações mensais, sendo o último vencimento em julho de 2015. Incidem, em 01 (um) contrato, atualização monetária de acordo com a variação da TJLP acrescido de juros de 4,5% e, em 03 (três) contratos atualização monetária de acordo com a variação da TJLP acrescido de juros de 7% ao ano. Em garantia dos financiamentos, os bens financiados foram alienados fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.

XIII – Referem-se a 4 (quatro) contratos de financiamentos de veículos transportadores, com vencimentos mensais, sendo que o último vencimento ocorrerá em novembro de 2016. Incidem juros de 5,5% ao ano. Em garantia dos financiamentos, os bens financiados foram alienados fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.

XIV - Refere-se a 2 (dois) contratos de financiamento de veículos a serem amortizados em 48 parcelas mensais, sendo que o vencimento da última parcela ocorrerá em abril de 2017. Incidem juros de 1,02% e 0,86% ao mês.

XV – Refere-se a um contrato de financiamento de plantio a ser amortizado em 6 (seis) parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2013 e a última em julho de 2015. Incide encargos de 5,5% ao ano. Em garantia foi dado aval da Controladora.

Contratos de Mútuos com terceiros

No passivo não circulante consolidado estava registrado contrato de mútuo no montante de R\$ 2.177 em 31 de dezembro de 2012, obtido junto a acionistas da controladora. O referido contrato de mútuo foi liquidado em maio de 2013.

14 Impostos a pagar – Refis

Foram incluídos no programa de parcelamento - REFIS, o imposto de renda, a contribuição social, imposto de renda retido na fonte, encargos previdenciários, PIS e COFINS. O saldo devedor está atualizado pela variação da TJLP e amortizado, mensalmente, até o mês de setembro de 2013, na base de 1,2% do faturamento bruto. A partir de outubro de 2013 até dezembro de 2050, conforme estabelecido pelo ofício expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil número 071/2013/DRFB/POA/SECAT a amortização mensal será de R\$ 17,2 e atualizada mensalmente pela variação da TJLP. Não foram registrados ajustes a valor presente, pois os valores são atualizados mensalmente. Em garantia do débito foi oferecido o imóvel de propriedades para investimentos (Nota Explicativa 8).

15 Imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos incidentes sobre:				
Propriedades para investimentos	3.644	3.644	3.644	3.644
Terra nua	-	-	4.118	4.118
Reserva de reavaliação de embarcações	-	-	1.071	1.236
	3.644	3.644	8.833	8.998

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, incidentes sobre propriedades para investimentos e terra nua, foram apurados sobre o valor justo contabilizado desses bens por ocasião da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis e serão realizados quando de sua alienação. O imposto sobre reserva de reavaliação de embarcações contabilizada em 1991 é amortizado por depreciação, baixa ou venda. A parcela realizada do imposto tem como contrapartida uma conta de resultado denominada “Reversão de impostos sobre reserva de reavaliação”.

16 Provisão para contingências

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	-	-	1.071	667
Saturnismo (1)	1.453	2.330	1.453	2.330
Meio ambiente (2)	1.279	1.718	1.279	1.718
Cível	-	-	450	500
	2.732	4.048	4.253	5.215

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Controladora registrou provisão no total de R\$ 16 para Saturnismo, realizou pagamentos no total de R\$ 1.332, sendo R\$ 893 referente a contingência do Saturnismo e R\$ 439 referente a contingência do Meio Ambiente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a controlada, Navegação Aliança Ltda., constituiu provisões no total de R\$ 1.204, sendo R\$ 400 referente a ações judiciais de natureza Cível e R\$ 804 referente a ações judiciais de natureza trabalhista, tendo realizado pagamentos no total de R\$ 840, sendo R\$ 450 referente a ações judiciais de natureza Cível e R\$ 390 referente a ações judiciais de natureza trabalhista. E a Controlada Trevo Florestal Ltda., realizou pagamento de provisão trabalhista no montante de R\$ 10.

a. Controladora

Todos os processos judiciais contra a controladora se referem a passivos originados em uma ex-controlada do grupo, denominada “Plumbum Mineração e Metalúrgica Ltda.”.

Processos trabalhistas (1)

São representados por processos tramitando em primeira e segunda instância no estado da Bahia. Os pedidos são exclusivamente de danos por eventual exposição e contaminação por metais pesados. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que todos os processos podem ser considerados com perda provável. A Administração, juntamente com esses consultores jurídicos, entende que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Outros processos - (ação civil pública – meio ambiente) (2)

São representados por três processos, dos quais, dois tramitando na 3ª Vara Federal de Salvador e um na Vara Cível da Comarca de Apiaí, SP, que já possui sentença para executar os trabalhos de recuperação do solo. As partes envolvidas são: Ministério Público Federal da Bahia, Ministério Público Estadual da Bahia e de São Paulo. O objeto específico dos processos é o de mitigar eventuais danos causados ao meio ambiente pela ex-controlada Plumbum. A Administração, com base na opinião e pareceres dos seus consultores jurídicos e de meio ambiente, entende que existe a probabilidade de perda para os dois processos ainda não julgados e que o valor das provisões ora atribuídas é suficiente para cobrir eventuais prejuízos.

b. Controladas

Navegação Aliança Ltda.

Processos trabalhistas

São representados por processos instaurados em diversas varas trabalhistas do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2003 a 2013, dos quais 23 se encontram em 2ª instância. As principais postulações, entre outras, incluem diferenças de horas extras, equiparação salarial, adicionais e danos morais. São considerados como perdas prováveis e a Administração, amparada nas opiniões e pareceres dos consultores jurídicos, entende que o valor da provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Processos cíveis

Constituído por um processo que tramita Vara de Acidente de Trabalho da Comarca de Porto Alegre - RS, movido por um ex-colaborador da controlada. O referido processo encontra-se com recurso pendente de julgamento no âmbito do STJ. As postulações referem-se a dano moral e patrimonial decorrentes de acidente de trabalho. Na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, a perda é considerada provável. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas.

Trevo Florestal Ltda.

Processo trabalhista

Representado por uma demanda que tramita na Comarca de Rio Grande - RS, cujo objeto é, entre outros, diferença de horas extras e adicionais. A perda é considerada como provável e a Administração da controlada constituiu provisão que entende como satisfatória para cobrir eventuais perdas.

17 Dividendos obrigatórios

Conforme artigo 27 do Estatuto Social da controladora o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido ajustado. O dividendo proposto no montante de R\$ 1.998, refere-se a distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os dividendos do corrente exercício e do exercício anterior foram calculados conforme a seguir demonstrado:

Controladora e Consolidado	2013	2012
Lucro líquido do exercício	4.231	4.481
Reserva legal: (5%)	(211)	(224)
Lucro após reserva legal	4.020	4.257
Reversão de dividendos	28	
Reversão de reservas:		
Reserva de reavaliação	320	282
Lucros realizados sobre ajuste de ativos biológicos	3.475	3.413
Lucros a realizar sobre ajuste de ativos biológicos	(761)	(3.583)
Base de cálculo dos dividendos de 25%	7.082	4.369
Dividendos obrigatórios	1.771	1.092
Dividendos complementares	227	527
Total dos dividendos	1.998	1.619
Dividendo por ação:		
Ordinária	1,091	0,880
Preferencial	1,200	0,968
Dividendo total por classe de ação:		
Ordinárias	836	675
Preferenciais	1.162	944
	1.998	1.619

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 20.000 e está representado por 766.000 ações ordinárias e 975.000 ações preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais sem direito a voto, tem prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia e recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

b. Reserva de reavaliação

Com base nas disposições da Deliberação CVM 27/86, é mantido o saldo desta conta, que representa equivalência patrimonial reflexa calculada sobre a reavaliação de embarcações contabilizada no ano de 1991, pela controlada Navegação Aliança Ltda.

É realizada por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados. O valor realizado é transferido para a conta de lucros acumulados.

A Companhia optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização, em concordância com a Lei 11.638/07.

c. Reserva de lucros

i. Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, para constituição da reserva legal; ou poderá, a critério da Companhia, constituir até o limite de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de Acionistas.

ii. Retenção de lucros

Representa os efeitos pelo reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo. A Companhia optou em reconhecer seus efeitos, como retenção de lucros, até serem realizados econômica e financeiramente. Quando realizados são transferidos para lucros acumulados para distribuição.

iii. Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o efeito da aplicação do custo atribuído a terra nua onde estão localizados os hortos florestais da controlada Trevo Florestal Ltda. e sobre o valor justo de propriedade para investimentos na controladora. Os valores estão demonstrados líquidos dos impostos.

iv. Reserva de investimentos e/ou reforço de capital de giro

Representa retenções de lucros destinados a investimentos e reforço de capital de giro.

d. Ações em tesouraria

Na AGO/AGE de 30 de abril de 2013 foi aprovado o cancelamento das ações em tesouraria no montante de R\$ 421, correspondente a 10.200 ações preferenciais, adquiridas conforme autorização do Conselho de Administração em 15 de agosto de 2012.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de outubro de 2013, foi autorizado nos termos do parágrafo 3º, letra 'g', art. 14 do estatuto social, Instrução CVM nº 10/80 e alterações posteriores e demais disposições legais vigentes, a aquisição de até 48.670 ações preferenciais sem valor nominal de sua própria emissão para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria. O saldo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 201, é representado por 6.300 ações preferenciais ao custo médio unitário de R\$ 31,81 (trinta e um reais e oitenta e um centavos), as quais foram adquiridas em pregão da Bovespa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O valor das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa, imediatamente anterior à data de encerramento do exercício social foi de R\$ 197.

19 Receita operacional líquida

A receita líquida é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vendas de serviços	-	-	53.383	40.101
Vendas de produtos	-	-	7.568	7.939
Receita de locações	2.143	1.855	1.840	1.566
Descontos	-	-	(116)	(56)
Impostos sobre vendas	(218)	(183)	(2.866)	(2.169)
Receita Líquida	1.925	1.672	59.809	47.381

20 Custos e despesas por natureza

O quadro abaixo demonstra a composição dos principais gastos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Gastos com pessoal	(1.240)	(1.116)	(18.268)	(16.013)
Combustível e lubrificantes	-	-	(8.238)	(5.847)
Seguros	(1)	(2)	(986)	(775)
Portuárias	-	-	(245)	(171)
Rebocador	-	-	(1.490)	(1.021)
Resíduos de serraria	-	-	(25)	(208)
Frete	-	-	(445)	(123)
Serviço de estiva	-	-	(2.384)	(1.576)
Gastos com manutenções	-	-	(3.322)	(2.559)
Vistorias	-	-	(268)	(213)
Honorários e serviços terceiros	(555)	(326)	(1.594)	(1.425)
Água e energia elétrica	-	-	(139)	(159)
Comunicações	(8)	(9)	(266)	(240)
Material de exp. e sistemas	-	-	(275)	(230)
Impostos e taxas	(69)	(71)	(260)	(289)
Materiais e serviços	-	-	(1.077)	(697)
Viagens	(52)	(25)	(105)	(86)
Publicações	(77)	(73)	(77)	(73)
Despesas contencioso	(509)	(574)	(850)	(634)
Recuperação despesas de condomínio	31	19	31	19
Custo na venda de gado	-	-	(143)	(44)
Provisão devedores duvidosos	-	-	(167)	-
Depreciação	(143)	(88)	(9.342)	(7.882)
Exaustão	-	-	(3.000)	(3.057)
(-) Replantio e formação de florestas	-	-	1.090	736
Outros gastos administrativos	(14)	(24)	(1.317)	(877)
	(2.637)	(2.289)	(53.162)	(43.444)
Distribuição:				
Custos das vendas e serviços	-	-	(43.580)	(36.123)
Remuneração dos administradores	(1.121)	(925)	(1.867)	(1.593)
Despesas administrativas	(1.516)	(1.364)	(7.715)	(5.728)
	(2.637)	(2.289)	(53.162)	(43.444)

21 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Venda de bens permanentes	-	-	100	250
Receitas diversas	211	130	729	717
Outras receitas operacionais	211	130	829	967
Custo da baixa de bens permanentes	-	-	(52)	(157)
Outras despesas operacionais	-	-	(52)	(157)
Outras receitas (despesas) operacionais	211	130	777	810

22 Despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita financeira de aplicações	31	17	335	207
Outras receitas financeiras	13	9	187	60
Receitas financeiras	44	26	522	267
Variação monetária contratos de mútuo	-	-	(66)	(483)
Despesas bancárias	(2)	(3)	(20)	(45)
Encargos Refis	(186)	(222)	(186)	(222)
Juros e variações monetárias	-	-	(2.210)	(2.422)
Despesas financeiras	(188)	(225)	(2.482)	(3.172)
Despesas financeiras líquidas	(144)	(199)	(1.960)	(2.905)

23 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas contabilmente e são classificados como sujeitos a atualização por custo amortizado e, de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data base são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	28	481	7.660	5.107
Contas a receber de clientes (nota 4)	339	290	2.038	1.795
Adiantamentos a fornecedores	-	148	114	206
Outros créditos a receber	10	-	766	449
	377	919	10.578	7.557
Passivo				
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	-	-	(29.547)	(25.607)
Fornecedores (nota 11)	(169)	(155)	(1.428)	(919)
Transações com partes relacionadas (nota 13)	-	-	-	(2.177)
	(169)	(155)	(30.975)	(28.703)

A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e não mantém saldos em aberto referentes a instrumentos financeiros derivativos naquelas datas.

b. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao

prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais com as contas a receber e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa 4, a Companhia reconhece provisão para créditos de liquidação duvidosa para cobrir o risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros apresentados no item (a) acima representam a exposição máxima do crédito.

c. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 nas demonstrações contábeis consolidadas:

31 de dezembro de 2013	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2013	2014	2015	2016 a 2022
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	29.547	36.723	31	7.845	7.498	21.349
Fornecedores (nota 11)	1.428	1.428	1.428	-	-	-
Total	30.975	38.151	1.459	7.845	7.498	21.349
31 de dezembro de 2012	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2013	2014	2015	2016 a 2022
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	25.607	33.745	5.010	7.631	6.689	14.415
Fornecedores (nota 11)	919	919	919	-	-	-
Transações com partes relacionadas (nota 13)	2.177	2.622	-	2.622	-	-
Total	28.703	37.286	5.929	10.253	6.689	14.415

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

e. Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Valor contábil dos instrumentos financeiros de taxa variável				
Ativos financeiros (nota 3)	18	457	7.223	4.848
Passivos financeiros (nota 13)	-	-	(29.547)	(27.784)
Ativos e passivos financeiros de taxa variável, líquidos	18	457	22.324	22.936

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio e no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade taxa variável (1%) no Consolidado	Patrimônio líquido e Resultado do exercício findo em 31/12/2013	Patrimônio líquido e Resultado do exercício findo em 31/12/2012
- Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável (nota 23.e)	223	230

f. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, sujeitos a atualização monetária, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
<u>Controladora</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	28	28	481	481
<u>Consolidado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	7.660	7.660	5.107	5.107
Mútuos com partes relacionadas (nota 13)	-	-	(2.177)	(2.177)
Financiamentos e empréstimos (nota 13)	(29.547)	(29.547)	(25.607)	(25.607)

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Transações com partes relacionadas

A operação é contratada a encargos fixos e o montante demonstrado representa o saldo devido nas datas das demonstrações.

Financiamentos e empréstimos

Os valores apresentados nas demonstrações contábeis representam o valor justo dos empréstimos e financiamentos, uma vez que, a Companhia, apropria os encargos pelo prazo decorrido.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

25 Segmentos operacionais

As atividades operacionais são desenvolvidas de forma autônoma em cada uma das empresas as quais, de forma resumida a seguir relatamos:

Atividade de transporte aquaviário

É desenvolvida pela controlada Navegação Aliança Ltda. com uma frota de 15 embarcações com capacidade estática de 50 mil toneladas ou o equivalente a mais de 2.500 caminhões. A capacidade varia de 1,4 a 5,2 mil toneladas por embarcação. Todas contam com tecnologia de ponta em segurança, como a navegação por satélite e sofisticados equipamentos de navegação que contribuem para uma navegação mais econômica e segura.

As principais cargas transportadas entre a grande Porto Alegre, Taquari e Estrela para Rio Grande são: cavaco de madeira, soja (grãos e farelo) e celulose. No sentido Rio Grande/Pelotas para a grande Porto Alegre as principais cargas são: fertilizantes, trigo e clínquer. Existem ainda outras cargas em menor volume como sal, cevada e arroz.

Atividade de reflorestamento

É desenvolvida pela Trevo Florestal Ltda., que conta com uma área aproximada de 12 mil hectares ao sul de Rio Grande - RS. Despontando como uma das grandes representantes do setor de reflorestamento regional, produz pinus e eucalipto em cerca de 5.600 hectares plantados em uma área própria, junto à Reserva Ecológica do Taim - RS. São aproximadamente 15 quilômetros de costa marítima administrados com uma filosofia de harmonia entre os processos de trabalho, meio ambiente e comunidade local.

Um dos principais objetivos de suas atividades é manter-se como uma referência nacional no gerenciamento autossustentável de florestas plantadas, gerando produtos florestais com qualidade através da melhoria contínua.

Em 2007 passou a produzir biomassa a partir de resíduos florestais que contribuem para a substituição da queima de combustíveis fósseis, diminuindo a emissão de poluentes e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Em 2013 iniciou a operação de extração e comercialização de resina do gênero pinus.

Atividade de locação de salas

É operada pela controladora que é proprietária de um imóvel em Porto Alegre - RS, com área aproximada de 9.000 m², cujas salas comerciais são destinadas à locação.

Demonstramos nos quadros a seguir os resultados operacionais por segmento:

a. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2013

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Trevisa Investimentos S. A.	Eliminações	Consolidado	
Venda líquida de produtos	-	7.299	-	-	7.299	
Venda líquida de serviços	50.888	-	-	-	50.888	
Receita de locações	-	-	1.925	(303)	1.622	(a)
Custos dos serviços e produtos vendidos	(37.248)	(6.394)	-	62	(43.580)	(b)
Lucro bruto	13.640	905	1.925	(241)	16.229	
Despesas administrativas	(5.703)	(1.485)	(2.637)	243	(9.582)	(c)
Outras receitas (despesas) operacionais	562	6	211	(2)	777	(d)
Ajuste a valor justo ativo biológico	-	761	-	-	761	
Equivalência patrimonial	(21)	-	4.876	(4.855)	-	
Resultado antes dos efeitos financeiros	8.478	187	4.375	(4.855)	8.185	
Receitas financeiras	451	27	44	-	522	
Despesas financeiras	(2.230)	(64)	(188)	-	(2.482)	
Resultado antes dos impostos	6.699	150	4.231	(4.855)	6.225	

(a) A receita de locação no consolidado está reduzida do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 303.

(b) No custo dos produtos vendidos no consolidado está reduzido o aluguel pago a controladora no montante de R\$ 62.

(c) A despesa administrativa no consolidado está reduzida do aluguel pago a controladora no montante de R\$ 243.

(d) As outras receitas no consolidado estão reduzidas do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 2.

b. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2012

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Trevisa Operadora Portuária Ltda.	Trevisa Investimentos S.A.	Eliminações	Consolidado
Venda líquida de produtos	-	7.584	-	-	-	7.584
Venda líquida de serviços	38.414	-	-	-	-	38.414
Receita de locações	-	-	-	1.672	(289)	1.383 (a)
Custos dos serviços e produtos vendidos	(29.694)	(6.482)	-	-	53	(36.123) (b)
Lucro bruto	8.720	1.102	-	1.672	(236)	11.258
Despesas administrativas	(4.001)	(1.263)	(4)	(2.289)	236	(7.321) (c)
Outras receitas (despesas) operacionais	606	72	2	130	-	810
Ajuste a valor justo ativo biológico	-	3.583	-	-	-	3.583
Equivalência patrimonial	975	-	-	5.167	(6.142)	-
Resultado antes dos efeitos financeiros	6.300	3.494	(2)	4.680	(6.142)	8.330
Receitas financeiras	193	48	-	26	-	267
Despesas financeiras	(2.863)	(84)	-	(225)	-	(3.172)
Resultado antes dos impostos	3.630	3.458	(2)	4.481	(6.142)	5.425

(a) A receita de locação no consolidado está reduzida do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 289.

(b) No custo dos produtos vendidos no consolidado está reduzido o aluguel pago a controladora no montante de R\$ 53.

(c) A despesa administrativa no consolidado está reduzida do aluguel pago a controladora no montante de R\$ 236.

26 Avaliação Medida Provisória nº 627/2013

Em 2013 foram publicadas a Instrução Normativa nº 1.397 (IN) e Medida Provisória nº 627 (MP) que tem como objetivo equalizar os efeitos decorrentes das profundas alterações nos critérios e métodos contábeis introduzidos na legislação tributária pelas Leis n. 11.638/07 e 11.941/09, revogando-se o Regime Tributário de Transição ("RTT") que havia sido instituído pelos artigos 15 e 16 da Lei no. 11.941/09.

A IN e a MP trouxeram alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre elas destacam as seguintes: (i) Alterações no Decreto Lei 1598/77; (ii) Inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iii) estabelece que a

modificação ou adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em Lei comercial, que sejam posteriores a publicação da MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) disposições sobre o cálculo dos juros sobre o capital próprio; e (v) considerações sobre os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Com base no texto atual da referida IN e MP, a Administração da Companhia elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições contidas no texto da referida IN e MP, concluindo por não resultar em ajustes relevantes nas suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, a Administração da Companhia, optou pela adoção antecipada das disposições contidas no texto da IN e da MP, o que irá fazer tão logo a Receita Federal do Brasil regulamente a forma e o prazo para o exercício dessa opção.

Contudo, considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento, é possível que quando da conversão em Lei o texto seja alterado, assim como, as conclusões e as decisões da Administração da Companhia, pela adoção antecipada, tenham que ser revistas à luz do texto definitivo.

27 Operação descontinuada

O Conselho de Administração da Controladora em reunião realizada em 23 de agosto de 2011 aprovou a descontinuidade das operações da controlada Trevisa Operadora Portuária Ltda.

As demonstrações contábeis desta controlada em 31 de dezembro de 2013 apresentam:

- a.** Um ativo total de R\$ 105 e um passivo circulante de R\$ 7 sem qualquer relevância nos balanços da controladora e do consolidado.
- b.** Não realizou nenhuma operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
